



Concurso Público para provimento de cargos de
Agente Fiscal de Rendas - Nível Básico - SQC - III

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO2

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A 2

Conhecimentos Básicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Direito Administrativo**

1. Determinado agente público, realizando fiscalização, verifica tratar-se de caso de aplicação de multa administrativa. Tal agente, de ofício, lavra o auto respectivo. Considerando essa situação à luz de princípios que regem a Administração Pública, é correto afirmar que, em nome do princípio da
 - (A) autoexecutoriedade, tal multa pode ser exigida independentemente de defesa do autuado em processo administrativo.
 - (B) imperatividade, a cobrança dessa multa não depende de autorização judicial.
 - (C) indisponibilidade do interesse público, o julgador no processo administrativo não pode dar razão às alegações do particular.
 - (D) autotutela, a Administração pode anular a autuação, caso nela constate vícios quanto à legalidade.
 - (E) presunção de legalidade, a Administração só pode reconhecer a invalidade do auto ante prova produzida pelo particular.
2. Nos termos da Lei Complementar paulista nº 939/03, a execução de trabalhos de fiscalização
 - (A) será seguida de emissão de ordem de fiscalização, notificação ou outro ato administrativo autorizando a execução de quaisquer procedimentos fiscais, salvo exceções previstas em lei.
 - (B) dependerá de emissão de ordem de fiscalização, notificação ou outro ato administrativo autorizando a execução de quaisquer procedimentos fiscais, mesmo em casos de extrema urgência, tais como flagrante infracional.
 - (C) não será precedida, excepcionalmente, de emissão de ordem de fiscalização, notificação ou outro ato administrativo autorizando a execução de quaisquer procedimentos fiscais, em casos como o da continuidade de ação fiscal iniciada em outro contribuinte.
 - (D) será precedida de emissão de ordem de fiscalização, notificação ou outro ato administrativo autorizando a execução de quaisquer procedimentos fiscais, sem exceções.
 - (E) levará a que tal ato seja emitido no prazo máximo de 7 dias, quando realizada sem prévia emissão de ordem de fiscalização, notificação ou outro ato administrativo autorizando a execução de quaisquer procedimentos fiscais.
3. Segundo as regras do Sistema Estadual de Defesa do Contribuinte, instituído pela Lei Complementar paulista nº 939/03, constatada infração ao disposto nesta Lei, o contribuinte poderá apresentar ao Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (CODECON) reclamação fundamentada e instruída. Tal reclamação é
 - (A) processada pelo CODECON, mas deve ser encaminhada para julgamento pelo Poder Judiciário.
 - (B) processada pelo CODECON, mas deve ser encaminhada para julgamento pelo Tribunal de Impostos e Taxas.
 - (C) julgada pelo CODECON, mas as consequências do julgamento de procedência devem ser executadas por iniciativa do Ministério Público.
 - (D) julgada pelo CODECON, que, no caso de procedência, aplicará diretamente a penalidade cabível ao servidor responsável.
 - (E) julgada pelo CODECON, que, no caso de procedência, representará contra o servidor responsável ao órgão competente, devendo ser imediatamente aberta sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
4. Sobre validade dos atos administrativos, considere:
 - I. Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.
 - II. A indicação de motivos falsos para a prática do ato, mesmo para os casos em que a lei não exija sua motivação, implica a invalidade do ato.
 - III. A Administração poderá convalidar seus atos inválidos quando a invalidade decorrer de vício de competência, desde que a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato e não se trate de competência indelegável.

Está correto o que se afirma em

 - (A) III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.
5. Em virtude de mudança das condições fáticas que ensejaram a celebração de contrato de prestação de serviços de natureza contínua, determinada entidade da Administração pretende promover a alteração do contrato, para fins de supressão de seu objeto, que resultará na diminuição do equivalente a 35% de seu valor inicial atualizado. À luz da Lei nº 8.666/93, essa situação é
 - (A) vedada, pois não se admite a alteração quantitativa de contrato de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.
 - (B) admitida, pois o contratado está obrigado a aceitar as supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 50% do valor do contrato.
 - (C) admitida, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes.
 - (D) vedada, pois apenas a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, enseja alteração unilateral do contrato.
 - (E) vedada, pois a supressão do objeto contratual está limitada a 25% do valor contratado, em qualquer hipótese.



6. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Determinada associação pretende defender em juízo direito seu, face a ato de autoridade tributária que reputa ilegal.
- II. Certo contribuinte, pessoa física, pretende ver anulado judicialmente Auto de Infração e Imposição de Multa, cobrando do Poder Público prejuízos que sofreu em consequência de tal ato.
- III. Um indivíduo pretende sustentar, em juízo, a invalidade de Auto de Infração que aponta a prática de fato caracterizador de crime tributário, de modo a igualmente proteger-se contra eventual ordem de prisão.

O mandado de segurança, em sua modalidade individual,

- (A) será a via adequada para a hipótese I, apenas.
- (B) será a via adequada para a hipótese II, apenas.
- (C) será a via adequada para a hipótese III, apenas.
- (D) será a via adequada para todas essas hipóteses.
- (E) não será a via adequada para nenhuma dessas hipóteses.

7. Em matéria de licitações, é característica estranha à modalidade concorrência, prevista na Lei nº 8.666/93, a

- (A) exigência de comprovação de qualificação técnica na fase de habilitação.
- (B) possibilidade de alteração de valores constantes da proposta comercial durante o procedimento.
- (C) possibilidade de julgamento pelo critério de menor preço.
- (D) possibilidade de uso de recursos administrativos no curso do procedimento.
- (E) utilização do tipo técnica e preço para serviços de natureza predominantemente intelectual.

Direito Privado

8. Ocorrendo decretação da falência,

- (A) o devedor perde o direito de disposição, mas não o de administrar seus bens.
- (B) serão exigíveis e terão classificação própria todas as despesas que os credores fizeram para tomar parte na falência.
- (C) não fica prevento o juízo a que foi distribuída, podendo outros pedidos de falência ser ajuizados e distribuídos livremente.
- (D) as ações trabalhistas passarão a ser processadas perante o juízo falimentar, que fará a classificação do respectivo crédito.
- (E) haverá a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

9. Nas sociedades limitadas, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, por atos de gravidade inegável,

- (A) poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.
- (B) deverá promover a dissolução total da sociedade, independentemente de ação judicial, para exclusão dos sócios.
- (C) terá de propor, necessariamente, ação de dissolução parcial da sociedade, sob pena de responder solidariamente pelos prejuízos sofridos por terceiros.
- (D) deverá excluí-los da sociedade, independentemente de previsão contratual, pagando ao excluído o valor nominal de suas cotas.
- (E) poderá depositar judicialmente os créditos dos sócios faltosos, afastando-os da administração da sociedade, mas não poderá excluí-los do quadro societário, por ferir o direito de propriedade.

10. O servidor público X recebeu dinheiro para expedir certidão solicitada por Y, de conteúdo falso, todavia, não a elaborou conforme solicitado, fazendo dela constar apenas os fatos verdadeiros. Y, sentindo-se prejudicado, moveu ação de repetição contra X, requerendo, também, acréscimo de juros, desde o pagamento indevido. Neste caso, Y

- (A) terá direito à devolução somente da metade do que pagou, porque houve ilícito de ambas as partes.
- (B) não terá direito à repetição, mas o que pagou reverterá em favor de estabelecimento de beneficência, existente na localidade, a critério do Juiz.
- (C) não terá direito à repetição, podendo X reter o que recebeu, a título de liberalidade de Y.
- (D) só terá direito à repetição se provar que X era incompetente para expedir a certidão, o que configura erro de Y.
- (E) terá direito à repetição, mas não aos juros.



11. Podem os cônjuges celebrar sociedade entre si, desde que o regime de bens do casamento não seja
- (A) o da comunhão universal ou da participação final nos aquestos.
 - (B) o da comunhão parcial ou da comunhão universal.
 - (C) o da separação facultativa ou da participação final nos aquestos.
 - (D) o da comunhão universal ou da separação obrigatória.
 - (E) estabelecido em pacto antenupcial, com expressa vedação da sociedade entre os nubentes, qualquer que seja o regime escolhido.

Direito Constitucional

12. Considera-se desdobramento do princípio da igualdade, sob o aspecto material, a previsão constitucional segundo a qual
- (A) empresas públicas e sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (B) é assegurado tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, que tenham sua sede e administração no país ou no exterior.
 - (C) os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.
 - (D) lei complementar federal, em matéria tributária, definirá tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, exceto no caso do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, de competência estadual.
 - (E) o imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados será seletivo, em função da essencialidade do produto.
13. Sobre a disciplina dos direitos e garantias fundamentais na Constituição da República vigente, considere:
- I. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
 - III. Como exceção à garantia da inviolabilidade de domicílio, a Constituição autoriza o ingresso na casa do indivíduo, independentemente de seu consentimento, a qualquer hora, em caso de flagrante delito ou desastre, ou ainda por determinação judicial.
 - IV. A prática de racismo, assim como a de terrorismo, é considerada crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
14. Lei estadual que versasse sobre questões específicas das condições para o exercício da enfermagem no âmbito do Estado seria
- (A) inconstitucional, uma vez que a Constituição da República assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente do atendimento a qualificações profissionais estabelecidas em lei.
 - (B) compatível com a Constituição da República, desde que houvesse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.
 - (C) incompatível com a Constituição da República, que não reconhece aos Estados a competência para legislar em caráter suplementar, em se tratando de competência legislativa concorrente.
 - (D) constitucional, por se inserir dentro da competência legislativa residual inerente aos Estados-membros da federação brasileira.
 - (E) suspensa em sua eficácia, naquilo em que fosse contrária à lei federal superveniente sobre a matéria.



15. Determinada lei estadual é declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Procurador-Geral da República. Nessa hipótese, órgãos e entidades da Administração Pública estadual
- (A) poderiam deixar de observar a decisão, se obtivessem posteriormente, em juízo, pronunciamento favorável à constitucionalidade da lei, em decisão transitada em julgado.
 - (B) não se submeteriam à decisão, que é nula, pois lei estadual não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade movida perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) somente poderiam ser compelidos a cumprir a decisão se fosse editada Resolução do Senado Federal que suspendesse a eficácia da lei estadual em questão.
 - (D) estariam obrigados a observar a decisão, que possui eficácia contra todos e efeito vinculante em relação, entre outros, à Administração pública direta e indireta estadual.
 - (E) não se submeteriam à decisão, que é nula, pois o Procurador-Geral da República não possui legitimidade para propositura de ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto lei ou ato normativo estadual.
-
16. Suponha que o Estado de São Paulo deixe de entregar aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade dos Veículos Automotores licenciados em seus territórios. Nessa hipótese, nos termos da Constituição da República,
- (A) poderá a União decretar estado de sítio, no espaço territorial do Estado, para o pronto restabelecimento da ordem pública, ameaçada por iminente instabilidade institucional.
 - (B) caberá ao Superior Tribunal de Justiça prover representação do Procurador-Geral da República para assegurar a observância das regras constitucionais relativas à repartição de receitas.
 - (C) poderá a União decretar estado de defesa, na hipótese de eventual prévia decretação de estado de sítio não ser suficiente para restabelecer a normalidade institucional, no âmbito do Estado.
 - (D) terão os Municípios legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, visando impelir o Estado ao cumprimento de sua obrigação.
 - (E) o Estado ficará sujeito à intervenção federal, tendo por finalidade a reorganização de suas finanças.
-
17. Decreto do Governador do Estado de São Paulo que disponha sobre organização e funcionamento da administração estadual será
- (A) compatível com a Constituição estadual vigente, desde que não implique aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.
 - (B) incompatível com a Constituição estadual vigente, que somente admite que seja objeto de decreto governamental autônomo a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
 - (C) incompatível com a Constituição da República e a do Estado, que somente admitem a expedição de decretos e regulamentos pelo Chefe do Poder Executivo para fiel execução da lei.
 - (D) inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade estrita que se aplica aos órgãos da Administração Pública.
 - (E) compatível com a Constituição da República e a do Estado, desde que haja delegação legislativa prévia para a regulamentação da matéria pelo Governador do Estado.
-
18. Suponha que, a fim de atender a despesa decorrente de calamidade pública, o Governador do Estado de São Paulo editasse medida provisória para abertura de crédito extraordinário, para vigorar por um prazo de sessenta dias, prorrogáveis por mais sessenta. Referida medida provisória seria
- (A) compatível com a Constituição da República e a do Estado, que admitem expressamente a abertura de crédito extraordinário por meio de medida provisória para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
 - (B) incompatível com a Constituição paulista, que não prevê a possibilidade de o Governador do Estado editar medida provisória.
 - (C) incompatível com a Constituição da República, que somente autoriza aos Estados o uso de medida provisória na hipótese de regulamentação da exploração dos serviços de gás canalizado.
 - (D) incompatível com a Constituição da República, pela qual não existe a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência de medida provisória.
 - (E) incompatível com a Constituição da República, na medida em que esta veda a edição de medida provisória sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento, créditos adicionais e suplementares, sem exceções.

**Direito Penal**

19. Nos crimes contra a ordem tributária,
- (A) é inadmissível a forma culposa.
 - (B) o sujeito ativo é sempre o contribuinte ou funcionário público.
 - (C) é inadmissível o concurso de pessoas.
 - (D) é cabível a tentativa, se formais.
 - (E) são puníveis apenas condutas comissivas.
20. O particular que, em concurso com funcionário público e em razão da função por este exercida, exige vantagem indevida para ambos, embora não cheguem a recebê-la, pratica o crime de
- (A) tentativa de concussão.
 - (B) corrupção passiva consumada.
 - (C) concussão consumada.
 - (D) tentativa de corrupção passiva.
 - (E) corrupção ativa consumada.

Direito Tributário I

21. Em abril de 2008, foi realizada fiscalização em empresa atacadista, na qual constatou-se, em sua escrita fiscal, em relação ao ICMS devido no período de setembro de 2002 a novembro de 2003, que não teria havido o correspondente pagamento antecipado por parte do contribuinte e, em relação ao ICMS devido no período de dezembro de 2003 a março de 2005, teria havido pagamento antecipado a menor. Em virtude de tais fatos, foi lavrado Auto de Infração e Imposição de Multa com cobrança das diferenças de ICMS devido, mais multa e juros de mora. A regular notificação do Auto de Infração deu-se em abril de 2008. Nesse caso,
- (A) os débitos de novembro de 2002 a novembro de 2003 estão prescritos.
 - (B) os débitos de dezembro de 2003 a abril de 2004 estão prescritos.
 - (C) houve decadência em relação aos débitos do período de setembro de 2002 a novembro de 2002.
 - (D) houve decadência em relação aos débitos do período de novembro de 2002 a março de 2003.
 - (E) houve decadência e prescrição em relação aos débitos do período de novembro de 2002 a março de 2003.
22. Dispõe o § 2º, do art. 62, da Constituição Federal, *que medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os impostos de importação, exportação, sobre operações de câmbio, crédito, seguro e valores mobiliários, produtos industrializados e extraordinário, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. Por sua vez, dispõe o §1º do art. 150, in fine, da Constituição Federal, que a anterioridade mínima de 90 dias para a incidência de leis instituidoras ou majoradoras de tributos não se aplica aos seguintes tributos: empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias; imposto de importação; imposto de exportação; imposto de renda; imposto sobre operações de câmbio, crédito, seguro e valores mobiliários; e imposto extraordinário.*
- Uma medida provisória editada em março de 2009 que venha a majorar o imposto de importação e o imposto de renda
- (A) terá eficácia imediata em relação a ambos os impostos.
 - (B) terá eficácia imediata apenas em relação ao imposto de importação, devendo ser convertida em lei até o último dia do exercício de 2009 para que tenha eficácia a partir de 01 de janeiro de 2010, em relação ao imposto de renda.
 - (C) só produzirá efeitos noventa dias a contar do exercício seguinte, se for convertida em lei até o último dia do exercício de 2009, em relação a ambos os impostos.
 - (D) só produzirá efeitos noventa dias a contar da sua edição, em relação ao imposto de importação, e no exercício seguinte se for convertida em lei até o último dia do exercício de 2009, em relação ao imposto de renda.
 - (E) só produzirá efeitos noventa dias a contar do exercício seguinte, se for convertida em lei até o último dia do exercício de 2009, em relação ao imposto de renda, e noventa dias a contar da sua edição em relação ao imposto de importação.

23. *A relação jurídica tributária refere-se não só à obrigação tributária stricto sensu, como ao plexo de deveres instrumentais, (positivos ou negativos) que gravitam em torno do tributo, colimando facilitar a aplicação exata da norma jurídica que o previu. (...) Todos estes deveres, repita-se, não possuem, em si mesmos, cunho patrimonial.*

(Roque Antônio CARRAZZA. **Curso de direito constitucional tributário**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 331-332).

O texto refere-se à obrigação tributária

- (A) acessória, que só existe quando presente a obrigação tributária principal, *stricto sensu*.
- (B) principal, que se expressa por meio de pagamento de tributo atrelado à emissão de NF, manutenção de escrituração contábil, preenchimento de guias de recolhimento de tributos, por exemplo, com natureza jurídica de obrigação de dar.
- (C) acessória, que, diferentemente da obrigação tributária principal, não se submete ao princípio da legalidade estrita, podendo ser veiculada originariamente por decreto, portaria ou instrução normativa sem prévia previsão legal.
- (D) acessória, que, por sua vez, pode ser convertida em obrigação tributária principal, quando passível de expressão em moeda, com natureza jurídica de obrigação de dar, quando se referir a pagamento, ou de obrigação de fazer ou não fazer.
- (E) acessória, que pode existir sem que exista obrigação tributária principal, em virtude de isenção ou imunidade, por exemplo, e que deve vir sempre prevista em lei, com natureza jurídica de obrigação de fazer ou não fazer.



24. Conforme o art. 3º do CTN, *Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.*

Partindo da premissa de que o conceito de tributo previsto no Código Tributário Nacional foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e fazendo uma interpretação sistemática do Código Tributário Nacional inserido na ordem constitucional vigente, é correto afirmar que no conceito legal de tributo é possível identificar alguns dos denominados "princípios constitucionais tributários". São identificáveis no conceito legal de tributo os princípios

- (A) da capacidade contributiva e da uniformidade geográfica.
- (B) da isonomia e da liberdade de tráfico.
- (C) da capacidade contributiva e da anterioridade.
- (D) da anterioridade e da irretroatividade.
- (E) da legalidade e da vedação ao efeito de confisco.

25. A Constituição Federal de 1988 cuida da repartição de receitas tributárias do ICMS da seguinte forma:

- I. cinquenta por cento do produto da arrecadação pertencem aos Municípios.
- II. três quartos, no mínimo, do que é destinado aos Municípios será devido na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.
- III. até um quarto do que é destinado aos Municípios será creditado conforme dispuser lei estadual.
- IV. lei estadual poderá utilizar-se de critérios a serem preenchidos pelos Municípios para realizar a repartição de receita do ICMS.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

26. Da verificação de que o lançamento é o procedimento administrativo destinado a constituir o crédito tributário e que o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, é possível identificar o cumprimento do princípio constitucional da

- (A) irretroatividade tributária.
- (B) anterioridade anual.
- (C) anterioridade nonagesimal.
- (D) isonomia tributária.
- (E) capacidade contributiva.

27. A responsabilidade tributária deve vir prevista em lei, como decorrência dos princípios da legalidade e da tipicidade. Com previsão no Código Tributário Nacional, é responsável tributário

- (A) o alienante de estabelecimento comercial, pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à alienação.
- (B) o adquirente de estabelecimento comercial, pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à alienação, quando o alienante só retomar a exploração de comércio, indústria ou atividade seis meses após a alienação.
- (C) o alienante de veículo automotor e o alienante de bem imóvel, pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à alienação.
- (D) o incapaz submetido ao poder familiar, tutela ou curatela, pelos tributos cujos fatos geradores tenha praticado.
- (E) cada um dos sócios por obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato ou estatuto social de empresa, independentemente da qualidade de representante legal.

28. Dispõe o Código Tributário Nacional, art. 135, inciso II que são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato ou estatuto os mandatários, prepostos e empregados. Por sua vez, o mesmo diploma dispõe no art. 137, inciso III, alínea b, que a responsabilidade é pessoal do agente quanto às infrações que decorrem direta e exclusivamente de dolo específico dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores. Já o Código Civil, Parágrafo Único do art. 1.177, dispõe que os prepostos, no exercício de suas funções, são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos, e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos. Da conjugação destes dispositivos é correto concluir que

- (A) a regra de direito civil prevalece sobre a regra de direito tributário, por ser a lei civil mais nova que a lei tributária.
- (B) a responsabilidade tributária do preposto por excesso de poderes, infração de lei, contrato ou estatuto é sempre solidária com o preponente, por entendimento pacífico e unânime na doutrina e na jurisprudência.
- (C) o preposto responde pessoalmente pelos tributos cujos fatos geradores decorreram exclusivamente do excesso de poderes ou infração de lei, contrato ou estatuto.
- (D) existe um conflito entre as regras do art. 135, II e 137, III, b, do CTN, devendo prevalecer a regra do art. 135, II, do CTN, por interpretação com o Parágrafo Único do art. 1.177, do Código Civil.
- (E) o preponente responde solidariamente com o preposto pelas infrações tributárias por este cometidas de forma dolosa.



29. Uma empresa de produtos de luxo sediada em São Paulo adquire mercadoria de importadora situada no Estado de Santa Catarina. Considerando hipoteticamente que a alíquota do ICMS no Estado de Santa Catarina para este tipo de mercadoria é de 25% e que no Estado de São Paulo é de 18%, a empresa sediada em São Paulo se credita de ICMS incidente sobre este tipo de operação amparada especificamente no princípio constitucional da
- (A) seletividade, em razão da essencialidade do produto.
 - (B) legalidade, porque deve haver previsão expressa em lei autorizando este mecanismo contábil de crédito-débito.
 - (C) isonomia, que assegura mesmo tratamento tributário para contribuintes que estejam numa mesma situação, independentemente do lugar da ocorrência do fato gerador.
 - (D) vedação ao confisco, impedindo a bitributação sobre uma mercadoria.
 - (E) não-cumulatividade, na qual é assegurada a dedução correspondente aos montantes cobrados nas operações anteriores.
30. Sobre a isenção, é correto afirmar que
- (A) é causa de extinção do crédito tributário.
 - (B) a isenção concedida é irrevogável, por gerar direito adquirido ao contribuinte que a obteve, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.
 - (C) a isenção específica é inconstitucional por violar os princípios da igualdade e da legalidade.
 - (D) a União pode conceder isenção a tributo estadual, desde que a lei concessiva também preveja isenção para um tributo federal.
 - (E) a sua concessão, quando se tratar de isenção específica, dependerá de despacho de autoridade administrativa competente, após comprovação dos requisitos previstos na lei.

Legislação Tributária do Estado de São Paulo I

31. Tártarus, casado sob o regime de comunhão universal de bens com Afrodite, faleceu e deixou viúva e dois filhos de nomes Oranos e Hemera, dois netos, filhos desta última, de nomes Theia e Brontes e nenhum ascendente. Os bens comuns do casal foram avaliados em R\$ 100.000,00. Os filhos do falecido, Oranos e Hemera, renunciaram à herança. Quanto à sujeição passiva do ITCMD e ao montante do imposto *causa mortis* a ser recolhido, é correto afirmar:
- (A) Afrodite, viúva, em face da renúncia dos filhos do falecido, herdará a totalidade da herança, respondendo pelo pagamento do imposto, no valor total de R\$ 4.000,00.
 - (B) Theia e Brontes, netos do falecido, são considerados contribuintes do imposto, pois herdaram por direito próprio e por cabeça. O valor do imposto devido será de R\$ 1.000,00 para cada um.
 - (C) Oranos e Hemera são responsáveis individualmente pelo pagamento do imposto, no valor de R\$ 2.000,00, cada um, por se tratar de renúncia pura e simples.
 - (D) Afrodite, viúva, recolherá o imposto, no valor de R\$ 2.000,00, correspondente aos bens que herdou do falecido marido, por ser a próxima da classe a suceder.
 - (E) Theia e Brontes são considerados contribuintes do imposto, por serem sucessores do falecido, em decorrência da renúncia pura e simples de sua mãe e de seu tio, devendo cada um deles pagar o imposto no valor de R\$ 2.000,00.
32. O ITCMD é um tributo que incide sobre relações jurídicas não-onerosas, como ocorre nas transmissões *causa mortis* e por doação. A lei do ITCMD também considera dentro de seu campo de incidência a doação efetuada com encargo, o excesso de quinhão ou meação e a cessão de direitos (art. 2º e art. 7º, ambos da Lei nº 10.705/2001). Com base nessas disposições, considere:
- I. Partilha de bens de Veloso, consistentes em uma biblioteca particular, com 38 mil volumes, avaliada em um milhão de reais, para seus dois únicos filhos, os quais receberam quinhões desiguais, na proporção de 60% e 40% do respectivo patrimônio.
 - II. Argus e Selene, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, em cláusula de separação consensual homologada, transferiram, sem qualquer encargo, aos filhos menores, o bem imóvel no valor de R\$ 250.000,00, de que são donos e do qual estão dispondo.
 - III. Por ocasião do falecimento de Caio, abriu-se o processo de arrolamento para partilhar o patrimônio comum do casal, avaliado em R\$ 600.000,00, entre a viúva e seus dois filhos. À viúva coube o equivalente a R\$ 400.000,00 e a cada um dos filhos a importância de R\$ 100.000,00.
 - IV. Antônio, por cessão de direitos, cede onerosamente ao seu amigo José a sua cota hereditária, em face do falecimento de seu pai, estimada em R\$ 300.000,00, após oferecê-la aos co-herdeiros, tanto por tanto, que não a quiseram.
 - V. Por meio de disposição testamentária, foi partilhado o patrimônio do *de cujus*, consistente em R\$ 600.000,00, em dinheiro, entre seus três filhos, únicos herdeiros, da seguinte forma: ao primeiro filho coube a importância de R\$ 400.000,00, a quem o testador deixou também a sua parte disponível; ao segundo filho coube a importância de R\$ 100.000,00 e ao terceiro filho coube a importância de R\$ 100.000,00.

NÃO caracterizam incidência sobre doação APENAS as hipóteses expressas em

- (A) I, IV e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.



33. O art. 22 da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro 2008, estabelece um prazo de 30 dias para que o IPVA incidente sobre veículo novo seja recolhido, fixando uma data a partir da qual se iniciará a contagem desse prazo. Com base nesse dispositivo, a situação na qual o imposto foi recolhido **fora** do prazo é
- (A) Elizabeth, debutante de seu primeiro carro zero km, resolveu, ela própria, fazer o licenciamento do veículo que adquiriu no dia 12 de junho de 2009. A NF de aquisição do veículo que apresentou ao Ciretran foi emitida pela concessionária no dia 18 de junho de 2009. No dia 17 de julho de 2009, Elizabeth pagou o IPVA.
- (B) Caio, no dia 12 de janeiro de 2009, adquiriu um chassi com motor novo e o enviou a um fabricante de carrocerias para a colocação de baú em alumínio. No dia 20 de janeiro de 2009, o fabricante emitiu a NF de venda do baú. Data de pagamento do IPVA: 18 de fevereiro de 2009.
- (C) Rodrigo, amante de automóveis exóticos, com base em um protótipo original de sua criação, encomendou a fabricação de um veículo especial, fora de série. O fabricante emitiu a NF do veículo no dia 12 de fevereiro de 2009 e, no dia 20 do mesmo mês, lhe foi concedida a autorização para seu uso, sendo que o IPVA foi pago no dia 20 de março de 2009.
- (D) Nilson importou uma limusine diplomata luxo do exterior, no dia 17 de março de 2009, para utilizá-la no casamento de sua filha. O desembaraço do automóvel ocorreu no dia 5 de maio de 2009, sendo que o veículo lhe foi entregue pela empresa concessionária de porto alfandegado no dia 12 de maio de 2009. Nilson pagou o IPVA no dia 10 de junho de 2009.
- (E) No dia 15 de janeiro de 2009, a empresa Delikatessen encomendou a compra de um automóvel de luxo para uso de seu diretor executivo de planejamento tributário. A concessionária faturou o veículo no dia 19 de janeiro de 2009 e o entregou à adquirente, no dia 22 de janeiro de 2009, data em que o veículo foi incorporado ao ativo permanente da empresa. O IPVA foi recolhido em 18 de fevereiro de 2009.

34. O valor da base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo. Tratando-se de veículo novo, esse valor, em regra, é obtido do documento fiscal de aquisição, e, se usado, por meio de tabela divulgada pela SEFAZ, no Diário Oficial do Estado, que considera, em sua elaboração, a marca, o modelo, a espécie e o ano de fabricação. Considere as situações a seguir:

- I. Uma motocicleta de 1200 cilindradas, com motor movido a gasolina, importada do exterior, sendo sua base de cálculo, para fins de IPVA, equivalente a R\$ 200.000,00, desembaraçada em 20 de abril de 2009.
- II. Um automóvel novo, com motor movido exclusivamente a álcool, adquirido em 29 de junho de 2009 pelo valor de R\$ 20.000,00.
- III. Uma camioneta nova, de cabine simples, com motor movido a álcool/gasolina, adquirida em 10 de fevereiro de 2009 pelo valor de R\$ 60.000,00.
- IV. Um automóvel usado, com motor movido a gasolina/GNV, fabricado e já adaptado para GNV em 2006, com valor venal de R\$ 10.000,00, para o exercício de 2009, conforme tabela de IPVA divulgada pela SEFAZ.
- V. Um caminhão novo, com motor movido a gasolina, adquirido em 10 de maio de 2009 pelo valor de R\$ 100.000,00.

O valor do IPVA incidente sobre os veículos indicados nos itens I, II, III, IV e V, no exercício de 2009, será, respectivamente, em R\$,

- (A) 4.500,00; 350,00; 1.100,00; 400,00 e 1.000,00
- (B) 4.000,00; 600,00; 1.200,00; 300,00 e 1.500,00
- (C) 3.000,00; 350,00; 1.100,00; 300,00 e 1.000,00
- (D) 6.000,00; 600,00; 1.200,00; 400,00 e 1.500,00
- (E) 3.000,00; 600,00; 1.000,00; 150,00 e 3.000,00

35. O pedido de repetição do indébito poderá ser deferido, a fim de restituir proporcionalmente o IPVA recolhido no próprio exercício, na hipótese de

- (A) recolhimento do imposto efetuado por empresa locadora de veículos, em relação a automóvel licenciado em outra unidade da federação e locado a empresa paulista, em caráter não-temporário, no exercício de 2009.
- (B) imposto pago, referente a veículo apreendido pela Receita Federal, que teve decretada a pena de perdimento, por conduzir mercadorias contrabandeadas de um país vizinho.
- (C) imposto correspondente a veículo que teve perda total em virtude de incêndio.
- (D) recolhimento do imposto a maior, em face de sua classificação incorreta na tabela oficial publicada pela SEFAZ.
- (E) imposto recolhido por particular, incidente sobre a propriedade de veículo adquirido de órgão público.



36. A Indústria Química Bonfante produz anticorrosivos e desinfetantes industriais. Para a fabricação de seus produtos, utiliza alguns componentes químicos importados do exterior. Considerando que no mês de abril de 2009 realizou diversas importações desses insumos,
- (A) o depositário estabelecido em recinto alfandegado poderá entregar as mercadorias importadas ao importador, à vista da autorização dada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, circunstância em que o desobriga de qualquer responsabilidade fiscal, mesmo que não lhe seja apresentado o comprovante do pagamento do imposto ou outro documento equivalente.
 - (B) o crédito poderá ser apropriado pela empresa, no mês de abril de 2009, ainda que a entrada efetiva dos insumos no estabelecimento se verifique no mês de maio do mesmo ano.
 - (C) o valor de importação expresso em moeda estrangeira, para a determinação da base de cálculo, será convertido em moeda nacional pela taxa de câmbio do dia do despacho aduaneiro, devendo ser ajustado, se houver variação da taxa de câmbio, até o pagamento do efetivo preço.
 - (D) o fato gerador do imposto ocorre no momento da entrada da mercadoria importada no estabelecimento, mas o seu pagamento deve ser efetuado antes do desembaraço aduaneiro, por expressa disposição da lei.
 - (E) em face do princípio da não-cumulatividade, tratando-se de insumos importados do exterior, não haverá direito ao crédito.
-
37. Com frequência, estabelecimentos apresentam saldo credor do imposto quando, em sua conta gráfica, o total dos créditos for superior ao total dos débitos, em determinado período de apuração. Quando esses créditos tiverem origem nos eventos descritos no art. 71 do RICMS, são considerados créditos acumulados gerados; em outras hipóteses, são considerados créditos simples ou saldo credor. Considere que, em todas as seguintes situações hipotéticas, os créditos foram maiores do que os débitos.
- I. Indústria de celulose de Suzano-SP vende papel destinado à fabricação de apostilas para concurso a uma editora sediada em Piracicaba-SP.
 - II. Atacadista de louças e porcelanas de Santos-SP vende azulejos a preços promocionais para empresa de construção civil de Niterói-RJ.
 - III. Loja de armarinhos de Campinas-SP, em grande liquidação de estoque, vende camisas a 90% do preço de custo.
 - IV. Mineradora exporta ferro fundido ao exterior.
 - V. Atacadista do Gasômetro (São Paulo-SP) vende madeiras compensadas para loja de Campo Grande-MS.
- É correto afirmar que trata-se de
- (A) créditos simples o que se afirma apenas nos itens I, II e III.
 - (B) créditos acumulados o que se afirma apenas nos itens I, II, IV e V.
 - (C) créditos acumulados o que se afirma apenas nos itens I, IV e V.
 - (D) créditos simples o que se afirma apenas nos itens II, III e V.
 - (E) créditos acumulados o que se afirma apenas nos itens II, IV e V.
-
38. O crédito acumulado gerado e devidamente apropriado com prévia autorização da Secretaria da Fazenda poderá ser transferido, nas condições definidas no art. 73 do RICMS. Com base nesse dispositivo, é permitida a transferência de crédito acumulado do estabelecimento detentor ao estabelecimento fornecedor, para pagamento pela aquisição de
- (A) automóvel utilizado pela diretoria, mediante transferência de empresa comercial de Jales-SP para concessionária de automóveis de Bauru-SP.
 - (B) microcomputador utilizado no setor administrativo, mediante transferência de empresa comercial de Mogi das Cruzes-SP para loja de eletrônicos de Poá-SP.
 - (C) caminhão fabricado em Curitiba-PR, mediante transferência de empresa transportadora de Osasco-SP para concessionária de caminhões de Birigui-SP.
 - (D) material de uso ou consumo, mediante transferência de estabelecimento industrial de Santos-SP para loja comercial de Guarujá-SP.
 - (E) energia elétrica utilizada no setor industrial, mediante transferência de estabelecimento industrial de Pindamonhangaba-SP para a companhia distribuidora de energia elétrica de Salto-SP.



39. NÃO está beneficiada pela não-incidência do imposto a seguinte operação:
- (A) Indústria paulista reimporta mercadoria anteriormente exportada sob amparo do Regime Aduaneiro Especial de Exportação Temporária.
 - (B) Madeireira vende assoalhos de ipê para uma *Trading Company*, para fins de exportação ao exterior.
 - (C) Comercial exportadora vende para outra empresa, do mesmo ramo de atividade, mercadoria adquirida para fins de exportação e depositada em armazém alfandegado paulista, mediante autorização da SEFAZ.
 - (D) Comercial Catering vende refeições gourmet para aeronave de bandeira estrangeira, aportada no país, com preço expresso em moeda estrangeira e pagamento efetuado em reais, após conversão em moeda nacional pela taxa de câmbio oficial.
 - (E) Entrepasto aduaneiro de Santos remete mercadoria para entreposto aduaneiro do Espírito Santo, para fim específico de exportação, cuja ocorrência foi comunicada ao Posto Fiscal de vinculação do remetente, no prazo de 15 dias.
-
40. A indústria Farrusca, de Cubatão-SP, realiza beneficiamento de resíduos sólidos industriais, cujos produtos resultantes são: 80% tributados pelo ICMS e 20% isentos desse imposto. No dia 12 de junho de 2009, adquiriu uma máquina de grande porte para a fábrica, com ICMS destacado, nos documentos fiscais, no montante de R\$ 36.000,00 e de R\$ 1.200,00 sobre a mercadoria e o frete, respectivamente. A parcela do crédito a que terá direito, em face da entrada de bens destinados ao ativo permanente da empresa, e que poderá ser apropriada no período, é
- (A) R\$ 600,00 e R\$ 20,00
 - (B) R\$ 750,00 e R\$ 25,00
 - (C) R\$ 600,00 e nihil
 - (D) R\$ 750,00 e nihil
 - (E) R\$ 36.000,00 e R\$ 1.200,00
-
41. A empresa Zidefonte, fabricante de máquinas para indústria metalúrgica, vende uma lingoteira para uma siderurgia, por R\$ 100.000,00, cobrando, ainda, do cliente, com base em cláusula contratual, os seguintes valores: R\$ 30.000,00 a título de serviços de montagem; R\$ 10.000,00 de despesas de frete; R\$ 12.000,00 de despesas de guindaste; R\$ 3.000,00 de escolta e R\$ 5.000,00 de seguros. Considerando que o IPI destacado na NF foi de R\$ 10.000,00, o valor da base de cálculo é, em R\$,
- (A) 140.000,00
 - (B) 145.000,00
 - (C) 155.000,00
 - (D) 160.000,00
 - (E) 170.000,00
-
42. A inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS poderá ser declarada nula, ou a sua eficácia poderá ser cassada ou suspensa, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 da Lei nº 6.374/89. NÃO corresponde à hipótese de cassação, mas de nulidade da inscrição, o caso de
- (A) inadimplência fraudulenta, em decorrência da falta de pagamento de débito tributário vencido, quando o contribuinte detém disponibilidade financeira comprovada, ainda que por coligadas, controladas ou seus sócios.
 - (B) embaraço à fiscalização, decorrente da falta injustificada de apresentação de livros, documentos e arquivos digitais a que estiver obrigado o contribuinte.
 - (C) indicação incorreta dos dados de identificação dos controladores ou beneficiários (*beneficial owner*) de empresa *offshore* que figure no quadro societário da empresa.
 - (D) constatação da simulação de existência do estabelecimento ou da empresa por meio de processo administrativo.
 - (E) falta de comunicação de reativação das atividades ou de apresentação de pedido de baixa de inscrição, após decorridos 12 meses contados da data da comunicação da interrupção temporária das atividades.



43. Com base nos arts. 7º, 8º e 10 da Lei Complementar nº 87/96, para efeitos da exigência ou da restituição do imposto por substituição tributária, é INCORRETO afirmar:
- (A) A entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente, ou em outro, por ele indicado, será considerada também como fato gerador do imposto.
 - (B) Na operação interestadual com combustíveis derivados de petróleo, destinada a consumidor final, o imposto será devido ao Estado onde estiver localizado o remetente e pago pelo adquirente.
 - (C) O contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor do imposto pago a maior, atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo, quando o pedido de restituição não for decidido no prazo de noventa dias.
 - (D) O imposto a ser pago, em relação às operações subsequentes, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações ou prestações internas do Estado de destino, sobre a respectiva base de cálculo, e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.
 - (E) O imposto devido em razão de diferimento será pago pelo responsável, quando da entrada ou recebimento da mercadoria ou da saída subsequente por ele promovida ou qualquer outra saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto.
-
44. O local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços é fundamental para a definição do sujeito ativo da obrigação principal, titular da competência para exigir o cumprimento da obrigação tributária, como também para a definição do sujeito passivo responsável pelo seu cumprimento. Com base no art. 11 da Lei Complementar nº 87/96, NÃO é devido ao Estado de São Paulo o imposto decorrente de
- (A) importação de mercadoria do exterior, desembarçada no porto de Vila Velha-ES, e enviada diretamente para estabelecimento comercial localizado em Campinas-SP.
 - (B) apreensão de mercadoria por AFR, em um plantão rodoviário, na Rodovia Castelo Branco, no município de Cravinhos-SP, a qual se encontrava em situação irregular pela falta de documentação fiscal.
 - (C) importação de mercadoria do exterior, apreendida pela Receita Federal no aeroporto de Viracopos, em Campinas-SP, leiloadada em Londrina-PR e arrematada por comerciante de Cotia-SP.
 - (D) aquisição de bens destinados a uso ou consumo do estabelecimento, por contribuinte de Cotia-SP, oriundos de empresa localizada em Betim-MG, relativamente ao diferencial de alíquota.
 - (E) fornecimento de energia elétrica pela Usina Hidrelétrica de Furnas, estabelecida no rio Corumbá, em Caldas Novas-GO, para adquirente de Serra Negra-SP.
-
45. O Agente Fiscal de Rendas, em cumprimento a uma ordem de fiscalização, averiguou que o estabelecimento fiscalizado havia cometido diversas irregularidades relativas ao crédito do imposto. A autoridade fiscal, ao lavrar o auto de infração, NÃO deverá reclamar o valor indevidamente creditado, mas tão-somente o da multa, ao deparar com crédito do imposto
- (A) efetuado a título de correção monetária de valores de supostas operações ocorridas durante o período inflacionário de 1973, com base em planilha elaborada por empresa de consultoria.
 - (B) com suporte em documento emitido por contribuinte não-localizado, que não correspondia à entrada de mercadoria no estabelecimento, nem à aquisição de sua propriedade.
 - (C) recebido em transferência, decorrente de escrituração de documento inidôneo.
 - (D) decorrente da entrada de mercadoria no estabelecimento, acobertada por documento inidôneo.
 - (E) decorrente de escrituração de documento que não corresponder à entrada de mercadoria no estabelecimento ou à aquisição de sua propriedade.
-

Contabilidade Geral

46. A empresa Empreendimentos S.A. atua no seguimento da construção civil exclusivamente na construção de agências bancárias. Nesse mercado a inadimplência é próxima de zero em decorrência do setor ser bastante forte. Com o objetivo de ampliar seus negócios, a empresa passou a atuar, no último ano, no seguimento de casas populares, em que o ganho é maior e o risco de inadimplência, também. O faturamento nesse primeiro ano representou 2% do total. A empresa deve divulgar essa informação por ser
- (A) material e permitir a avaliação do patrimônio líquido.
 - (B) neutra e não modificar a análise do usuário.
 - (C) essencial para o encerramento das demonstrações contábeis.
 - (D) direcionadora para tomada de decisões a favor da empresa.
 - (E) relevante e afetar a avaliação de riscos e oportunidades.



47. A depreciação de uma máquina, pelo método linear, relativa ao ano de 2008, adquirida por R\$ 100.000,00, em 01 de julho de 2008, com vida útil estimada de 10 anos, valor residual de 5% do valor histórico, e que trabalha em dois turnos, é
- (A) R\$ 14.250,00
 - (B) R\$ 10.000,00
 - (C) R\$ 7.125,00
 - (D) R\$ 5.000,00
 - (E) R\$ 4.750,00
-
48. A empresa Capital Ltda. aumentou seu capital em R\$ 200.000,00. A sociedade é formada por 4 sócios, cada um com 25%. Dois sócios fizeram a transferência dos recursos no ato da reunião da diretoria e os demais acordaram em transferir os recursos em dois meses. A conta em que ficará registrado o direito da empresa em receber esses recursos é Capital Social a
- (A) Autorizar.
 - (B) Capitalizar.
 - (C) Receber.
 - (D) Integralizar.
 - (E) Subscrever.
-
49. A empresa Aquisições S.A. comprou 100 ônibus à vista, para substituição de sua frota. Esse evento contábil representa um fato
- (A) permutativo entre elementos do Passivo.
 - (B) modificativo entre elementos do Ativo e do Passivo.
 - (C) permutativo entre elementos do Ativo.
 - (D) modificativo no Passivo Não-Circulante.
 - (E) misto diminutivo no Ativo e no Passivo.
-
50. A empresa Inova S.A. realizou aumento de capital para entrada de um novo sócio que alugava o prédio da sede para a empresa. O valor do aumento de capital foi de R\$ 1.100.000 sendo R\$ 1.000.000 integralizado com o imóvel e o restante em dinheiro. Esse evento tem como consequência um lançamento de
- (A) crédito em Capital Social.
 - (B) débito no Patrimônio Líquido.
 - (C) crédito em Compensação.
 - (D) débito no Intangível.
 - (E) crédito no Disponível.
-
51. A empresa Girobaixo S.A. tinha um contas a receber de R\$ 500.000,00 de seu cliente Oportunidade Ltda., que estava com dificuldades financeiras. Sabendo das dificuldades de seu cliente e com receio de inadimplência, concedeu desconto de 5% para que o cliente liquidasse a dívida no prazo. A Oportunidade aceitou e quitou a dívida. O registro do evento na empresa Girobaixo S.A. representa um fato
- (A) permutativo.
 - (B) compensativo diminutivo.
 - (C) modificativo aumentativo.
 - (D) quantitativo aumentativo.
 - (E) misto diminutivo.
-
52. A empresa Amandia S.A. atua no mercado varejista, em todo território nacional, emitindo mais de um milhão de notas fiscais/mês. Sua cobrança é realizada integralmente por intermédio do Banco Cobrança S.A. Por seus serviços, o Banco cobra R\$ 2,20 por título enviado. A empresa contabiliza o serviço bancário contratado no ato do débito da despesa em conta corrente, que ocorre no momento da efetivação da cobrança pelo banco. A adoção desse procedimento, pela empresa, evidencia a aplicação
- (A) do regime de competência.
 - (B) do regime de caixa.
 - (C) da essência sobre a forma.
 - (D) do princípio da materialidade.
 - (E) da confiabilidade.



53. A empresa Solidária S.A. emprestou para os quatro diretores do grupo R\$ 1.000.000,00. O evento foi formalizado por meio de contrato de mútuo, com juros de mercado, para pagamento em doze meses. Em conformidade com a lei societária vigente, esse fato deve ser registrado como
- (A) adiantamento a diretores – passivo circulante.
(B) adiantamento a diretores – ativo não-circulante.
(C) empréstimos a diretores – ativo circulante.
(D) empréstimos a diretores – ativo não-circulante.
(E) empréstimos a diretores – passivo circulante.
-
54. A empresa Novos Tempos S.A. tem, segundo a lei societária vigente, a obrigatoriedade de apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Em um determinado período, a empresa efetuou a venda de máquinas e equipamentos totalmente depreciados pelo valor de R\$ 100.000,00, realizou aumento de capital no valor de R\$ 1.000.000,00 e comprou *softwares* ligados ao processo produtivo à vista. Na DFC, do mesmo período, esses eventos geraram, respectivamente,
- (A) aumento das fontes de investimento, aumento das fontes de financiamento e diminuição das fontes de investimento.
(B) aumento das fontes de financiamento, aumento das fontes de investimento e aumento das fontes de investimento.
(C) diminuição das fontes de investimentos, diminuição das fontes de financiamento e diminuição das fontes de investimento.
(D) diminuição das fontes de financiamento, diminuição das fontes de investimento e aumento das fontes de investimento.
(E) diminuição das fontes de investimento, aumento das fontes de financiamento e aumento das fontes de investimento.
-

Instruções: Para responder às questões de números 55 e 56, considere os dados fornecidos a seguir.

Dos livros de uma empresa, foram retirados as contas e seus respectivos saldos:

Conta	Saldos (R\$)
Estoque inicial de 2008	1.200.000,00
Estoque final de 2008	800.000,00
Custo das mercadorias vendidas de 2008	1.400.000,00
Custo das mercadorias vendidas de 2009	1.050.000,00
Compras de 2009	300.000,00

55. O valor das compras de 2008 é, em R\$,
- (A) 1.200.000,00
(B) 1.000.000,00
(C) 500.000,00
(D) 300.000,00
(E) 200.000,00
-
56. O valor do estoque final em 2009 é, em R\$,
- (A) 1.000.000,00
(B) 800.000,00
(C) 500.000,00
(D) 150.000,00
(E) 50.000,00
-
57. A empresa Giroauto S.A. pretende controlar seus estoques de mercadorias, para fins de gestão, de forma que estejam o mais próximos do que ela desembolsaria para os repor. Considerando que o mercado em que a empresa atua tem um comportamento estável de preços e que seus fornecedores administram seus preços sempre reajustando-os para preços maiores, o critério de custeio que melhor atenderia a empresa para alcançar esse objetivo seria
- (A) qualquer um dos métodos, por não apresentarem diferenças ao preço de reposição.
(B) o método do preço médio ponderado.
(C) o método PEPS, que apresenta o custo mais próximo do preço de mercado.
(D) o método do preço médio comparado ao preço de venda.
(E) o método UEPS, que apresenta o custo de reposição do produto.
-



58. O valor da receita de equivalência patrimonial recebida pela empresa de controlada deve ser apresentada na DVA como

- (A) distribuição de riqueza – remuneração do capital de terceiros.
- (B) receita criada pela entidade – outras receitas.
- (C) receitas não-operacionais – demaiss.
- (D) valor adicionado recebido em transferência.
- (E) distribuição de riqueza – remuneração de capital próprio.

59. A empresa Pós-sal S.A., concessionária do direito de exploração de petróleo no litoral brasileiro, tem o direito de prospecção e exploração da área denominada “campo de golfinhos”. A área é de difícil exploração e foi concedida a custo zero. A empresa não detém tecnologia específica para exploração dessas áreas e a tecnologia não é dominada. A empresa tem estudo projetando a possibilidade de exploração de 1.000.000 de barris/dia. Essa empresa deve, na ocorrência do evento,

- (A) reconhecer um ativo permanente pertinente ao valor do volume de produção estimado.
- (B) contabilizar um intangível relativo ao valor da reserva.
- (C) redigir uma nota explicativa relatando os fatos e as expectativas.
- (D) reconhecer uma receita diferida referente a volume de 1.000.000 de barris.
- (E) não realizar procedimento algum, uma vez que o projeto ainda não é viável.

60. Das Demonstrações Contábeis da Cia. Prevenção, são extraídas as seguintes contas e seus respectivos saldos:

Contas	Saldos Finais em R\$ mil	
	2007	2008
Clientes	12.000	25.000
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	240	500
Perdas Com Clientes	0	10
Despesas com Crédito de Liquidação Duvidosa	240	500
Recuperação de Perdas Com Clientes	12	0

Considerando os dados fornecidos, é correto afirmar que a

- (A) perda com clientes esperada em 2007 foi menor que a perda real.
- (B) empresa utiliza percentuais diferentes para provisionar seus riscos com clientes.
- (C) empresa recebeu de seus clientes, no último exercício, créditos anteriormente baixados.
- (D) perda com clientes verificada em 2007 foi de R\$ 228,00.
- (E) empresa registrou, no exercício de 2008, uma perda líquida de R\$ 500,00.

Auditoria

61. O trabalho da auditoria interna

- (A) tem maior independência que o de auditoria externa.
- (B) é responsável pela implantação e pelo cumprimento dos controles internos.
- (C) deve estar subordinado ao da Controladoria da empresa.
- (D) deve emitir parecer, que será publicado com as demonstrações contábeis.
- (E) deve efetuar a revisão e o aperfeiçoamento dos controles internos.

62. O auditor externo está realizando auditoria em uma empresa do setor industrial, na área de ativo imobilizado. Ao analisar os parâmetros do sistema de cálculo da depreciação da conta Móveis e Utensílios do Escritório Administrativo, constata que a taxa de depreciação, que deveria ser de 5% ao ano, foi cadastrada como 10% ao ano. Dessa forma, o auditor pode concluir que

- (A) a conta de Estoque de Produtos Acabados, no período, está subavaliada.
- (B) a conta de Depreciação Acumulada, no período, está subavaliada.
- (C) a Despesa de Depreciação, no período, está superavaliada.
- (D) a Depreciação Acumulada está com o saldo acumulado correto.
- (E) o Custo das Mercadorias Vendidas está superavaliado.



63. O auditor interno, ao efetuar suas revisões nos Estoques de Produtos Acabados de uma empresa industrial, constata as seguintes ocorrências:
- I. O inventário físico apresenta diferença de 100 itens a menos que a quantidade registrada na contabilidade. Não existem vendas justificando essas saídas nem baixas por perda ou perecimento. A empresa foi consultada e não consegue explicar a falta dos 100 itens.
 - II. O IPI e o ICMS das matérias-primas adquiridas estão contabilizados nos custos dos estoques.
 - III. A depreciação apropriada ao custo dos produtos em processo considerava parte da depreciação dos itens de bens patrimoniais utilizados nos escritórios administrativos da empresa.

Em relação a evidências de fraude e erro, I, II e III referem-se, respectivamente, a

- (A) fraude, fraude e fraude.
- (B) fraude, erro e erro.
- (C) erro, fraude e erro.
- (D) erro, erro e erro.
- (E) fraude, erro e fraude.

64. O auditor externo, ao se deparar com algum passivo que represente para a empresa uma incerteza relevante, deve emitir parecer
- (A) com ressalva e limitação de escopo do trabalho.
 - (B) sem ressalva e com limitação de escopo do trabalho.
 - (C) adverso, evidenciando a incerteza constatada.
 - (D) sem ressalva e com parágrafo adicional de ênfase.
 - (E) com negativa de opinião e limitação de escopo.

65. O contador da empresa Inova S.A. conseguiu condições financeiras vantajosas para comprar dois caminhões por meio de arrendamento mercantil (*leasing*). Como a empresa tem a intenção de ficar com os veículos no final do prazo do contrato e a compra se enquadra dentro dos conceitos de *leasing* operacional, a empresa contabilizou como ativo imobilizado os dois caminhões. Referido procedimento atende ao
- (A) conceito da essência sobre a forma.
 - (B) pressuposto da competência de períodos.
 - (C) conceito da neutralidade.
 - (D) pressuposto da relevância.
 - (E) princípio da materialidade.

66. Em relação à análise do valor recuperável de um ativo, é correto afirmar que
- (A) o valor recuperável deve ser sempre avaliado em relação ao ativo individual.
 - (B) os valores relativos a entradas de caixa decorrentes da reestruturação ou ganho de produtividade devem ser considerados, quando for utilizado o método de fluxo de caixa descontado.
 - (C) as entradas de caixa decorrentes de atividades de financiamento devem ser incluídas ao elaborar o fluxo de caixa futuro.
 - (D) o valor do ágio na aquisição de investimentos só deve ser registrado quando se puder obter o valor efetivo a ser contabilizado. Não devem ser registrados os valores provisórios.
 - (E) as unidades geradoras de caixa devem ser identificadas de maneira consistente, de um período para o outro, considerando os mesmos ativos ou os mesmos tipos de ativos.

67. O auditor externo, ao verificar os passivos contingenciais da empresa auditada, realizando os procedimentos necessários para avaliação dessa área, não constatou a existência de dois processos trabalhistas. Os processos não foram provisionados pela empresa, mas tinham possível probabilidade de ocorrência de perda. Esses evento representa um risco de
- (A) controle.
 - (B) contabilidade.
 - (C) negócio.
 - (D) detecção.
 - (E) processo.



68. A carta de responsabilidade da administração é um documento que compõe os papéis de auditoria. Dessa forma, NÃO seria seu objetivo
- (A) impedir que o auditor possa ser processado societária ou criminalmente.
 - (B) delimitar as responsabilidades do auditor independente e da administração.
 - (C) dar maior credibilidade às informações verbais recebidas durante a auditoria.
 - (D) dar garantia ao auditor independente quanto às suas responsabilidades, após a publicação das demonstrações.
 - (E) atender as normas de auditoria independente.
-
69. O auditor, ao escolher as notas fiscais a serem examinadas, determinou que fossem separadas as notas com último dígito representado pelo número cinco. Esse procedimento representa uma seleção
- (A) casual.
 - (B) sistemática.
 - (C) aleatória.
 - (D) direcionada.
 - (E) geométrica.
-
70. Quando o auditor verifica se o valor do documento que suporta o lançamento contábil foi efetivamente o valor registrado, ele objetiva a conclusão de
- (A) existência.
 - (B) ocorrência.
 - (C) mensuração.
 - (D) avaliação.
 - (E) materialidade.
-

Administração

71. É tarefa essencial da gestão de competências
- (A) articular competências técnicas e comportamentais dos indivíduos e integrá-las aos objetivos estratégicos da organização.
 - (B) descobrir o talento natural de cada pessoa, talentos que podem vir a ser aprimorados por meio de estratégias de *coaching*.
 - (C) procurar desenvolver as capacidades produtivas inerentes a uma pessoa. Essas capacidades devem ser relacionadas com o desempenho de uma tarefa específica.
 - (D) enfatizar os conhecimentos formais e comportamentais que a pessoa precisa adquirir para desempenhar uma tarefa.
 - (E) aperfeiçoar, nos gerentes, as habilidades práticas relacionadas com a administração competente dos funcionários de uma organização.
-
72. Segundo o conceito vigente de responsabilidade social corporativa, uma empresa pública deve
- (A) cumprir sua responsabilidade social, exercendo com eficiência suas atividades essenciais.
 - (B) incorporar em seu planejamento o máximo possível de atividades beneficentes para os setores mais carentes da sociedade.
 - (C) incorporar o processo de gestão socialmente responsável como um instrumento que proporciona vantagens competitivas frente a seus concorrentes.
 - (D) levar em consideração, prioritariamente, sua responsabilidade política, pois deve expressar os interesses do governo eleito democraticamente.
 - (E) buscar a legitimação de suas ações por meio da implantação de instrumentos de responsabilização dos gestores pelos resultados alcançados.
-



73. Em relação à abordagem contingencial da motivação, considere:

- I. Esta abordagem se opõe ao modelo de motivação humana de Maslow, ao presumir que existe uma maneira correta, válida para todas as situações, de motivar as pessoas.
- II. A motivação depende das expectativas e dos objetivos individuais, que podem incluir tantos ganhos materiais como reconhecimento profissional.
- III. Nesta abordagem, se a pessoa acredita que seu desempenho é, ao mesmo tempo, possível e necessário para obter dinheiro, ela se aplicará nesse desempenho. O desempenho torna-se um resultado intermediário para obter dinheiro, que, por sua vez, é um outro resultado intermediário para alcançar resultados finais diversos.
- IV. Desta perspectiva, existe uma forte relação entre expectativas e recompensas. Se uma pessoa acredita que um grande esforço despendido tem pouco efeito sobre o resultado, tenderá a não se esforçar muito, pois não vê relação entre nível de produtividade e recompensa.
- V. Esta abordagem se apoia em dois tipos de fatores: os higiênicos ou extrínsecos e os motivacionais ou intrínsecos; sendo os primeiros os mais importantes para explicar a falta de motivação no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.

74. A implantação da tecnologia de informação pode alterar drasticamente as estruturas de poder das organizações, pois,

- (A) ao deixar de utilizar métodos manuais e passar a utilizar meios eletrônicos, produz necessariamente reações comportamentais como resistências e medos.
- (B) ao fornecer informações rápidas e precisas aos diversos pontos da organização, torna impossível que uma pessoa ou grupo controle as informações que podem influenciar a definição das situações organizacionais.
- (C) ao fortalecer a supervisão, centraliza o poder na alta direção, provocando mudanças nas relações de poder entre os indivíduos ou grupos, fortalecendo a influência de uns e eliminando a fonte de poder de outros.
- (D) em relação a ganhos salariais e autonomia funcional, todos os trabalhadores sofrem os impactos negativos da nova tecnologia.
- (E) ao alterar a natureza das tarefas, que antes eram manuais, com contato direto e físico, provoca uma forte descentralização e democratização dos setores que utilizam intensivamente os novos sistemas de informação.

75. Com relação à descrição de um problema no Planejamento Estratégico, considere:

- I. O problema é sempre relativo ao ator que o declara, pois o resultado de um jogo social pode ser um problema para um dos atores, uma ameaça para outro, um êxito para um terceiro e uma oportunidade para um quarto.
- II. Um problema pode ser definido como um mal-estar, sujeito a inúmeras interpretações para um mesmo jogador.
- III. O vetor de descrição de um problema permite reunir em um único significado, para o ator que o analisa, as diferentes interpretações de um problema.
- IV. Os descritores de um problema devem ser precisos e monitoráveis e o conjunto dos descritores deve ser suficiente para conter, em uma única formulação, os vários significados.
- V. Uma descrição é suficiente se ela explicita as ambiguidades inerentes ao conteúdo do problema, caso contrário, diz-se que a descrição é incompleta ou inadequada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e V.
- (D) III e IV.
- (E) III, IV e V.



76. Com relação ao método do *Balanced Scorecard*, considere:

- I. Foi desenvolvido a partir da constatação de que os métodos tradicionais de acompanhamento do desempenho das organizações não eram suficientes para atender ao grau de complexidade e ao dinamismo do ambiente empresarial contemporâneo.
- II. Os vetores considerados na avaliação de desempenho do *Balanced Scorecard* são o financeiro, os clientes, os processos internos e o aprendizado e crescimento.
- III. Inicia-se com a definição da visão e da missão atribuídas à organização, analisando, prioritariamente, os ambientes externo e interno, é seguida pela formulação de metas, depois, pelos objetivos e as estratégias e, finalmente, pela implementação.
- IV. Os níveis a partir dos quais se estrutura um *Balanced Scorecard* são o explicativo, o normativo, o estratégico e o tático-operacional.
- V. Foi utilizado inicialmente como um modelo de avaliação e performance empresarial, porém, a aplicação em empresas proporcionou seu desenvolvimento para uma metodologia de gestão estratégica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

77. Uma gestão pública baseada em resultados implica geração de valor público, ou seja,

- (A) a realização de serviços que sejam efetivamente rentáveis, gerando retornos crescentes para os impostos pagos pelos cidadãos.
- (B) a orientação sistemática da administração pública para a redução dos custos dos serviços.
- (C) o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle formais da administração pública, evitando a corrupção e o desperdício.
- (D) a orientação para objetivos que ofereçam respostas efetivas a necessidades ou demandas socialmente legítimas da sociedade.
- (E) a crescente publicização da administração pública, permitindo uma ampla participação dos mais pobres na implementação dos serviços básicos.

78. Uma inovação adotada a partir da Emenda Constitucional 19, de 04/06/1998, que pode contribuir para a modernização da administração pública no Brasil é a

- (A) descentralização dos serviços públicos.
- (B) obrigatoriedade de licitações na administração pública.
- (C) instituição dos contratos de gestão.
- (D) privatização de empresas estatais.
- (E) terceirização de funções na administração pública.

79. A implantação da gestão por resultados na administração pública envolve

- (A) orientar a avaliação da administração governamental pelos custos do serviço prestado.
- (B) difundir em toda a administração pública o controle por objetivos e metas.
- (C) adotar indicadores de produtividade dos servidores públicos, para poder demitir os improdutivos.
- (D) garantir uma ampla transparência dos serviços públicos, permitindo o controle pela sociedade.
- (E) orientar as políticas de recursos humanos pelos parâmetros de avaliação de pesquisas de opinião pública.

80. Um exemplo de indicador de produtividade é

- (A) o número de solicitações de reparos pelo número total de unidades entregues.
- (B) a porcentagem de funcionários com formação de nível superior, em relação ao total.
- (C) a porcentagem de clientes que reclamaram, ou não, quando da entrega do produto.
- (D) o índice de retrabalho em relação ao total produzido em um determinado processo industrial.
- (E) o número de homens/hora para uma unidade de serviço executado.